

# ***Ata da 21ª Reunião Extraordinária da Comissão de Credenciamento e Avaliação do Pró-Gestão RPPS***

## **ATA DE REUNIÃO**

### **COMISSÃO DE CREDENCIAMENTO E AVALIAÇÃO DO PRÓ-GESTÃO**

#### **RPPS**

**Data e Horário:** 21/09/2021- 08h30 às 17h30

**Local:** Brasília-DF - sede do Ministério do Trabalho e Previdência- sala de reuniões 9º andar- Esplanada dos Ministérios

**Pauta:** Deliberação acerca da certificação do Instituto Totum como certificadora profissional de dirigentes, membros dos conselhos deliberativo e fiscal e responsáveis pela gestão dos recursos e comitê de investimentos. Análise dos documentos apresentados pela entidade certificadora.

**Memória da reunião:** Verificada a presença dos membros relacionados ao final desta ata e lista de presença em anexo, o Presidente da Comissão do Pró-Gestão RPPS (Sr. Miguel Chaves) agradeceu a presença de todos os membros presentes, deu boas-vindas a todos e deu início pedindo a todos que analisassem os documentos apresentados e observações contidas no despacho de instrução nº 01/2021 onde consta análise preliminar da documentação apresentada pelo instituto Totum que teve como representante na reunião o Senhor Fernando Lopes, Diretor Presidente da entidade que respondeu todas os questionamentos apresentados pelos membros da Comissão. Foram identificadas as seguintes situações, as quais a Comissão deu prazo de 7 dias úteis, ou seja, até o dia 28/09/2021 para que a entidade certificadora apresente os devidos ajustes relacionados a seguir: Em relação a qualificação técnica: programa de certificação continuada, alterar para no máximo 15 créditos; certificação por tempo no cargo ou função: retificar a participação dos membros do conselho deliberativo e fiscal em exercício antes do primeiro certificado reconhecido; entidade não apresentou a política de preços a serem praticados na contratação para certificação; opção para escolha da modalidade de certificação: somente seria realizada a apuração dos pontos da prova de títulos ou bônus da certificação por tempo no cargo ou função, em caso de não aprovação no exame por


provas. O cômputo final deve ser o somatório de todos os quesitos. O candidato na contratação deve escolher qual o tipo de prova quer fazer. Não foram detalhadas as atribuições do corpo técnico responsável pelos exames ( especialistas, examinadores, banco de questões, serviços subcontratados, etc) não foi feito o atesto e evidências da capacidade técnica para implantação dos procedimentos que permitam o acompanhamento da emissão, guarda controle e renovação dos certificados; a declaração de imparcialidade está datada de janeiro 2017, precisa ser renovada. Apresentar documentos de gerenciamento de imparcialidade em decorrência de relações comerciais com RPPS ( certificações no Pró-Gestão RPPS) Os Certificados atendem os requisitos e demais critérios do Manual de certificação profissional, com as seguintes ressalvas, que devem ser ajustadas: possibilidade de o profissional renovar a certificação para o mesmo nível ou nível superior; detalhar melhor a auditoria adicional realizada em caso de aproveitamento suficiente para aprovação do profissional; trazer informações sobre o aproveitamento nas provas, do profissional certificado dentre aqueles a serem mantidos no registro cadastral dos profissionais certificados da entidade certificadora. Quanto a Habilitação Fiscal, a Comissão entendeu que todos os documentos apresentados atenderam a todos os requisitos exigidos no manual. Quanto a Habilitação jurídica a Comissão identificou que várias certidões estavam vencidas sendo solicitado à entidade que apresente novas certidões para fins de habilitação jurídica. Foi ainda questionado ao senhor Fernando quanto a cobrança no caso de o profissional solicitar revisão da prova. O senhor Fernando esclareceu que há cobrança, porém havendo constatação de erro por parte da certificadora, a cobrança não será feita. A Claudia ponderou que no caso de cobrança essa só deveria ser feita no pedido de gabarito. Renan questionou qual seria o nível de segurança se a conexão cair e o candidato tiver lido todas as questões e tenha tempo de fazer pesquisas. O Fernando esclareceu que é possível travar de modo que o candidato retorne para o ponto em que parou e não possa voltar e ressaltou ainda, que todas as provas sofrerão auditoria quando poderão ser verificadas eventuais fraudes cometidas durante a realização da prova. O senhor Fernando informou que entende que não ficou claro no manual que o profissional poderá renovar a certificação no mesmo nível ou nível superior, sendo que em se tratando de novo nível, será uma nova certificação e o profissional não poderá aderir ao programa de qualificação continuada.

**Considerações finais:** Finalizada a análise, Miguel ratificou o prazo dado ao Instituto Totum para realização dos ajustes e finalizou agradecendo a participação de todos e ficando definido que a próxima reunião virtual será no dia 30/09 para apresentação de

outras propostas dos grupos de trabalho, assim como análise dos documentos ajustados se por ventura apresentados pelo Instituto Totum no prazo.

**Encerramento:** Não havendo mais pronunciamento, deu por encerrada a reunião, agradecendo a presença de todos.

Em, 27 de agosto de 2021.

  
Márcia Lúcia Paes Caldas  
Secretária

Participaram desta reunião:

Miguel Antônio Fernandes Chaves-SPREV, Hélio Carneiro Fernandes-SPREV, Márcia Lúcia Paes Caldas-SPREV, Luciano Marques Silva-SPREV, Julio Romeu Maciel dos Santos-SPREV, Claudia Fernanda Iten-ASSIMPASC, Renan Aguiar-PREVIMPA-Porto Alegre-RS, Roberto Moisés-AL Previdência, Daniela Benayon- Manaus Previdência, Sara Maria Rufino de Souza-TCE-PB, Eduardo Ferreira Albuquerque-TCE-PB, Allex Albert Rodrigues Subsecretário dos Regimes Próprios de Previdência, como convidado e Fernando Lopes representante do Instituto Totum.